



PARECER JURÍDICO

| | |
|--|---------|
| AUTUADO: INDÚSTRIA DE FARINHAS BARBACENA LTDA. | RECURSO |
| PROCESSO Nº. 334/1996/001/1996 | |
| AUTO DE INFRAÇÃO Nº. 259/1996 | |
| NATUREZA DA INFRAÇÃO: 1 GRAVE 1 GRAVÍSSIMA. | |
| PORTE: PEQUENO | |

I-RELATÓRIO

A INDÚSTRIA DE FARINHAS BARBACENA LTDA. foi autuada em 12/09/1996 pela prática das infrações tipificadas no art. 19, Parágrafo 2º, item 4 e no Parágrafo 3º, item 1 do Decreto 21.228/81, alterado pelo Decreto 32.566/91:

Art. 19 - Para efeito da aplicação das penalidades a que se refere o artigo anterior, as infrações classificam-se como leves, graves e gravíssimas.

(...)

§ 2º - São consideradas infrações graves:

(...)

4 - emitir ou lançar efluentes líquidos, gasosos ou resíduos sólidos, causadores de degradação ambiental, em desacordo com o estabelecido nas Deliberações Normativas;

(...)

§ 3º - São consideradas infrações gravíssimas:

(...)

1 - dar início ou prosseguir atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem a Licença de Operação;

(...)

Em razão da autuação foram aplicadas as seguintes penalidades:

- **pela infração grave:** multa no valor de R\$ 2.629,43 (dois mil seiscentos e vinte nove reais e quarenta e três centavos);

- **pela infração gravíssima:** multa no valor de R\$ 3.244,71 (três mil duzentos e quarenta e quatro reais e setenta e um centavos).

Em 30 de abril de 1999, ocorreu a baixa da inscrição da empresa no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica – CNPJ, em decorrência da extinção por encerramento e liquidação voluntária.

O processo foi redirecionado aos sócios que sucederam a empresa abrindo prazo para apresentação de Recurso.



Inconformada com a decisão a sociedade empresária por seu sócio administrador protocolou seu recurso, tempestivamente, onde em síntese alega:

- a recorrente providenciou todas as licenças juntamente com o Município de Barbacena;
- prescrição do débito;
- que a autuada não exerce mais a atividade;
- que o Auto deve ser cancelado.

II – ANÁLISE JURÍDICA

Do ponto de vista jurídico, os argumentos apresentados no Recurso não são capazes de descaracterizar a infração cometida e, consequente, tornar sem efeito a decisão de multas aplicadas.

Em consulta ao Sistema Integrado de Informação Ambiental – SIAM constatamos ausência de regularização ambiental da atividade pelo recorrente.

O Auto de Infração foi lavrado na vigência do Decreto 21.228/81, sem indicação de multa. Formalizado processo administrativo foi apresentada defesa tempestiva em 09/10/1992 e elaborado Parecer Jurídico, com decisão pela aplicação de duas penalidades de multas simples abrindo prazo para apresentar Pedido de Reconsideração.

A empresa foi devidamente notificada da decisão e tempestivamente apresentou Pedido de Reconsideração o qual foi indeferido.

Desta decisão de aplicação das multas a recorrente foi notificada para apresentar Recurso ora em análise por esta Câmara do COPAM.

Da análise dos prazos e do procedimento, podemos afirmar que não ocorreu a prescrição, uma vez que não existe decisão definitiva no processo, nos termos dos Pareceres da Advocacia Geral do Estado de nº 15.047 de, 24 de setembro de 2010 e nº 15.076 de, 06 de abril de 2011.

Conforme já discutido por diversas vezes e de acordo com os Pareceres da Advocacia Geral do Estado em especial o de nº 15.076 de 06/04/2011, podemos apontar para melhor elucidação da questão, uma das conclusões do citado Parecer: "Reafirma-se a conclusão n.4 do parecer AGE nº 15.047/2010, no sentido de que, somente após proferida a decisão definitiva no processo administrativo cientificado o infrator e não efetuado o pagamento da multa no prazo legal, começa a fluir o prazo prescricional de cinco anos para o estado promover sua cobrança judicialmente. Ou seja, a partir da data que deveria ter sido feito o pagamento e não o foi. "

Outro argumento que sustenta a recorrente parece frágil diante da legislação ambiental ao afirmar que não exerce mais tal atividade. Evidentemente a sociedade empresária foi extinta posteriormente a autuação o que não descaracteriza a infração.



O Decreto 44.844/2008, em seu art. 96, determina que as alterações promovidas nos valores das multas implicam a incidência das normas pertinentes, quando mais benéfica ao infrator e desde que não tenha havido decisão definitiva na esfera administrativa.

Nos termos do Anexo I do art. 83 do Decreto 44.844/2008, o valor da multa aplicável neste caso é superior à multa aplicada.

Portanto, neste caso é mais benéfico ao infrator o valor da multa fixado em R\$ 2.629,43 (pela infração de natureza grave) e R\$ 3.244,71 (pela infração de natureza gravíssima).

CONCLUSÃO

Ante todo o exposto e considerando que não foi apresentado nenhum fato ou dado capaz de alterar ou modificar as decisões anteriores, sugerimos o **INDEFERIMENTO DO RECURSO** apresentado pelo sócio administrador da sociedade empresária INDÚSTRIA DE FARINHAS BARBACENA LTDA., pela **Câmara Normativa e Recursal do COPAM**, com a consequente manutenção das multas aplicadas atualizada, devendo ser efetuada a sua cobrança, sob pena de inscrição em Dívida Ativa do Estado.

É o parecer.s,m,j.

Belo Horizonte, 15 de setembro de 2014


Gláucia Dell'Areti Ribeiro
MASP 1280447-2